



Disponível em

www.univali.br/revistaturismo

Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 10, nº 02.
p. 244 – 262, mai/ago. 2008

ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA: INTERCONECTANDO O TURISMO COMUNITÁRIO COM REDES DE COMÉRCIO JUSTO

Carlos Alberto Cioce Sampaio¹
sampaio@furb.br

Flávia Keller Alves²
flavia@furb.br

Vanessa Cristina Venzke Falk³
vanessa.falk@hotmail.com

Data de Submissão: 27/02/2008

Data de Aprovação: 05/09/2008

¹ Pós-Doutor em Ecosocioeconomia / Universidade Austral de Chile, Doutor em Gestão Organizacional para o Desenvolvimento Sustentável/UFSC com estágio sandwich pela Escola de Altos Estudos em Ciências Súcias (França), Mestre em Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável/UFSC, Graduado em Administração/PUC-SP. Professor da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Coordenador do Instituto LaGOE, Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento. **Endereço para correspondência:** FURB – Universidade Regional de Blumenau/Programa de Pós-graduação em Administração. Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder, Blumenau – SC, CEP: 89012-900. Tel.: (47) 3321-0285.

² Mestranda em Administração/FURB, Especialista em Gestão Ambiental/UNIVALI e graduada em Administração/FURB. Coordenadora do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos e Programa de Uso Racional de Água e Energia (SGA) da FURB.

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional/FURB e graduada em Turismo/IELUSC Bom Jesus. Professora do Curso de Turismo BOM JESUS/IELUSC.

ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA: INTERCONECTANDO O TURISMO COMUNITÁRIO COM REDES DE COMÉRCIO JUSTO

Resumo

Não se tem um esboço de uma abordagem de gestão interorganizacional socioprodutiva e sociopolítica que fomente comunidades tradicionais a protagonizarem seus modos de produção, conectados a princípios de sustentabilidade territorial próprios. Neste contexto, surge a denominação arranjo socioprodutivo de base comunitária que contribui para complexificar a problemática que trata de redes de organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias ou de socioempreendedorismo individual, prescindindo de responsabilidade socioambiental, articuladas em arranjos institucionais, e que se reconhecem como território e que valorizam o conhecimento tradicional-comunitário, caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas. O objetivo deste artigo foi de refinar, ou melhor, justificar o conceito de arranjo socioprodutivo de base comunitária, proposto inicialmente por Sampaio, Mantovaneli Jr. e Pellin (2004) e Sampaio, Mundim e Dias (2004), a partir de uma experiência em curso que privilegia o turismo comunitário e que se propõe articular com redes de comércio justo. Conclui-se que o APL.Com, por sua vez, potencializa o chamado turismo comunitário, que é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida.

Palavras-Chaves: Turismo Comunitário. Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária. Comércio Justo.

COMMUNITY-BASED SOCIOPRODUCTIVE ARRANGEMENTS: INTERCONNECTING COMMUNITY TOURISM WITH FAIR TRADE NETWORKS

Abstract

There is no pre-defined approach to interorganizational socioprodutiva management that encourages traditional communities to promote their own means of production, related to the principles of territorial sustainability. In this context, the term communitarian-based socioprodutiva arrangement emerges (APL.Com), which contributes to the complexity of the issues surrounding local socioprodutiva organizational networks quantified as associative, community or individual socio-entrepreneurialism, suggesting socioenvironmental responsibility, articulated in the form of institutional arrangements, and which are recognized as territory and give value to traditional community knowledge, characterized by the capacity to generate demands and proposals that are neither distanced nor unrelated to the day-to-day characteristics, based on the view of the people themselves. The objective of this article was to refine, or rather, to justify the concept of Community-Based Socioprodutiva Arrangement initially proposed by Sampaio, Mantovaneli Jr. and Pellin (2004) and Sampaio, Mundim and Dias (2004), based on an ongoing experiment which promotes community tourism and which proposes articulation with fair trade networks. It is concluded that the APL.Com, in turn, empowers so-called community tourism, which is a strategy that enables traditional populations, regardless of the degree to which their traditional way of life has been

lost amidst the hegemony of industrial urban societies, to become protagonists of their own traditional habits and cultures.

Key-words: Community Tourism. Community-Based Socioproductive Arrangement. Fair Trade.

ARREGLO SOCIOPRODUCTIVO DE BASE COMUNITARIA: INTERCONECTANDO EL TURISMO COMUNITARIO CON REDES DE COMERCIO JUSTO

Resumen

No existe un esbozo de abordaje de gestión interorganizacional socioproductiva y sociopolítica que fomente a las comunidades tradicionales para protagonizar sus modos de producción, conectados a principios de sustentabilidad territorial propios. En este contexto, surge la denominación arreglo socioproductivo de base comunitaria, que contribuye para complejificar la problemática que trata de redes de organizaciones socioproductivas locales, calificadas como asociativas, comunitarias o de socioemprendedorismo individual, prescindiendo de responsabilidad socioambiental, articuladas en arreglos institucionales, y que se reconocen como territorio y que valorizan el conocimiento tradicional-comunitario, caracterizado por la capacidad de generar demandas y propuestas que no se alejen ni se desvinculen de los matices y peculiaridades de lo cotidiano, a partir de la mirada de las propias personas. El objetivo de este artículo fue el de refinar, o mejor dicho, justificar el concepto de arreglo socioproductivo de base comunitaria, propuesto inicialmente por Sampaio, Mantovaneli Jr. y Pellin (2004) y Sampaio, Mundim y Dias (2004), a partir de una experiencia en curso que privilegia el turismo comunitario y que se propone articular con redes de comercio justo. Se concluye que el APL.Com, a su vez, potencializa el llamado turismo comunitario, que es una estrategia para que las poblaciones tradicionales, independientemente del grado de descaracterización frente a la hegemonía de las sociedades urbanas industriales, sean protagonistas de sus modos de vida.

Palabras Clave: Turismo Comunitario. Arreglo Socioproductivo de Base Comunitaria. Comercio Justo.

1 INTRODUÇÃO

No contexto que se pretende tratar o artigo, arranjo socioproductivo de base comunitária constitui o tema central. O que o torna inédito é tratar arranjo produtivo local, tradução brasileira para o termo *cluster*, que vem sendo tratado na literatura internacional na área da economia industrial e geografia econômica, sob a perspectiva da ecossocioeconomiaⁱ.

A ecossocioeconomia está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento. Pode-se dizer que, enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, a ecossocioeconomia privilegia o enfoque metodológico-empírico. Ela se dá no mundo da vida, nas comunidades, nas organizações, nos domicílios, nos quais os

problemas e suas soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados. É uma teoria pensada a partir das experimentações, das complexidades do cotidianoⁱⁱ, das contradições inerentes à mudança paradigmática que se deseja quando se pensa nas limitações do utilitarismo economicista (sob a lógica da metáfora: privatizam-se lucros de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e de longo prazo) e que, muitas vezes, não se dá na velocidade que se deseja (SAMPAIO, 2008). A ecossocioeconomia privilegia as experimentações que possibilitam pensar uma nova economia, que na literatura de enfoque heterodoxo é denominada também por economia social (SACHS, 1986a, 1986b), socioeconomiaⁱⁱⁱ (ETZIONI, 1995), socioeconomia solidária (LISBOA, 2005), economia descalça (MAX-NEEF, 1986), economia popular solidária (RAZETO, 1997) e economia solidária (SINGER, 2002). Resguardadas as singularidades destas denominações, todas privilegiam problemas microeconômicos com soluções de base territorial, os quais perpassam pela perspectiva da endogenia e do empoderamento das comunidades locais. Neste trabalho, privilegia-se uma derivação heterodoxa chamada comércio justo, que surge para assegurar uma nova relação, livre, direta e honesta entre três novos sujeitos econômicos: produtores em vias de empobrecimento, geralmente excluídos ou com desvantagens no comércio praticado no âmbito da economia de mercado (populações tradicionais); consumidores solidários que estão dispostos a pagar um sobrepreço (turistas conscientes); e os intermediários, sem ânimo de lucro (ONGs). Nesta relação, existe a perspectiva de contratos em longo prazo, baseados no respeito mútuo, de maneira que permita ao socioprodutor e sua família viver mais dignamente (PLATAFORMA KOMYUNITI, 2005; ESPANICA, 2005).

Contudo, não se tem um esboço teórico-metodológico de uma abordagem de gestão interorganizacional socioprodutiva e sociopolítica (prescindindo governança) que fomente comunidades tradicionais a protagonizarem seus modos de produção, conectados a princípios de sustentabilidade territorial próprios. Neste contexto, surge a denominação arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com), que contribui para complexificar a problemática que trata de redes de organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias, socioempreendedorismo compartilhado ou, mesmo, individual, prescindindo de responsabilidade socioambiental, articuladas em arranjos institucionais, e que se reconhecem como território e que valorizam o conhecimento tradicional-comunitário, caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas. Assim, quando se trata de APL.Com, está-se privilegiando grupos organizados tanto formal quanto informalmente, chamados de socioempreendimentos compartilhados, e que sobrevivem sob a égide da economia de mercado, entretanto, preservando sua dinamicidade comunitária vinculado ao território.

O APL.Com, por sua vez, potencializa o chamado turismo comunitário, que é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida (SAMPAIO, 2005). Ou seja, enquanto o APL.Com potencializa modos de produção, o turismo comunitário prioriza modos de vida. Diante das patologias socioambientais predominantemente urbanas nas quais já não se sabe mais ao certo o que é causa e o que é efeito - desmatamento, lixo, saneamento, contaminação de lençóis freáticos, violência, drogas, prostituição, desigualdade, indiferença e *stress* -, modos de vida alternativos acabam se potencializando como atrativos do turismo comunitário, tanto pelo seu modo de produção artesanal baseado no trabalho, quanto pelo tipo de lazer caracterizado pela convivencialidade (IRVING; AZEVEDO, 2002; CORIOLANO; LIMA, 2003; SAMPAIO 2004, 2005).

Segundo Gorz (2003), o trabalho distante do conceito industrial - padronizado e enfadonho - pode resgatar o significado de trabalho como ensejo de lazer, no sentido de busca de satisfação, de felicidade, isto é, não é necessário trabalhar uma vida toda para depois libertar-se; trabalho não é apenas produzir riquezas econômicas, pode ser também

uma maneira de produzir a si próprio. Por exemplo, o caso do guia turístico do Município de Bonito (destino internacional de ecoturismo incrustado no sul do Pantanal, Mato Grosso do Sul, Brasil), Herculano^{iv}, que confidenciou que, embora tivesse feito os roteiros turísticos milhares de vezes, sempre parece que está fazendo pela primeira vez, isto é, determinadas pessoas se utilizam de certa originalidade para enfrentar a rotina do seu trabalho. Imagina-se que seja sonho diário de um guarda noturno o amanhecer do dia seguinte para poder ir para casa descansar. O caso do Bar do Tião, em Florianópolis (SC), é emblemático. O guardador de carro autônomo simplesmente armazena uma verdadeira mercearia (geléia, mel, cachaça e outros gêneros) nos bolsos do seu casaco *Sobretudo* para passar bem humorado as madrugadas.

Há de considerar que lazer e trabalho são determinados por condições adversas, tais como: clima (calor, frio, etc.), território (praia, montanhas, etc.) e da combinação cultura e genética (extrovertido, introvertido, etc.). O trabalho e o lazer podem ser ainda compreendidos sob o vetor espaço-tempo. A noção de espaço-tempo é percebida de maneira diferente. Por exemplo, quando se está em um município passando férias, a noção de tempo é percebida distintamente quando se está no município residente. Da mesma forma que há um tempo cronológico, há também um tempo humano subjetivo, influenciado pelo saber local e o senso de lugar visto predominante em comunidades tradicionais. Cinco minutos preso em um congestionamento de trânsito urbano aparentam ser mais longos do que cinco minutos contemplando o mar (MAX-NEEF, 2005).

O objetivo deste artigo é refinar, ou melhor, justificar o conceito de arranjo socioprodutivo de base comunitária, proposto inicialmente por Sampaio, Mantovaneli Jr. e Pellin (2004) e Sampaio, Mundim e Dias (2004), a partir de uma experiência em curso que privilegia o turismo comunitário e que se propõe articular-se com redes de comércio justo.

2 METODOLOGIA

A versão deste trabalho aprimora edições anteriores apresentadas em eventos e periódico nacionais e internacionais. A fundamentação teórica foi consequência de uma pesquisa bibliográfica sobre os temas *clusters*; arranjos produtivos locais; arranjos institucionais; redes; e comércio justo não apenas na economia e na geografia, mas também nas ciências políticas e ambientais. A fundamentação empírica baseia-se numa pesquisa-ação participativa em andamento na Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na Micro-bacia do Rio Sagrado, Comunidades Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejamirim e Candonga (Município do Rio Sagrado, PR), Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba e Reserva da Biosfera de Floresta Atlântida (ReBIO).

A pesquisa-ação participativa vem sendo conduzida por estudantes de graduação e pós-graduação que compõem o Espaço Virtual LaGOE, Laboratório de Gestão de Organizações, o qual promove o Ecodesenvolvimento, que congrega dois núcleos de pesquisas: o de Estudos Complexos em Estratégias Organizacionais (NEO) e o de Políticas Públicas (NPP), constituídos em 2001, ambos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E também por pesquisadores do Instituto LaGOE, homônimo ao Grupo da FURB, constituído mais recentemente, em 2006. Neste trabalho, destacam-se os projetos de dissertação: *Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com): um Projeto Piloto na Comunidade do entorno da Micro Bacia do Rio Sagrado (Morretes/PR)*, de Flávia Keller Alves (em fase de conclusão); *Turismo comunitário como fator indutor do planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável da Micro-bacia do Rio Sagrado*, de Vanessa

Cristina Venzke Falk (em fase elaboração); e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o relatório de estágio *Arranjo socioprodutivo de base comunitária, com ênfase no turismo comunitário: o caso da Micro-bacia do Rio Sagrado*, da egressa do Curso de Turismo e Lazer, Talita Cristina Zechner.

3 UM ELO ENTRE A ECONOMIA DE MERCADO E UMA OUTRA ECONOMIA: ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA

“O capitalismo se tornou dominante a tanto tempo que tendemos a torná-lo como normal ou natural”, afirma Singer (2002, p. 7). A competição e a concorrência na economia de mercado permitem aos consumidores opções de escolha para aquisição de bens e serviços, especialmente variedade e preço. Entretanto, é excludente: ao fazer uma escolha, necessariamente as outras opções são ‘descartadas’ e esquecidas. A consequência é o surgimento de vencedores e perdedores que, com o tempo, passam acumular vantagens e desvantagens, conforme vão ‘vencendo’ ou ‘perdendo’ dentro da concorrência estabelecida no mercado.

Ainda nesta lógica, surgem as chamadas patologias socioambientais, decorrentes justamente dos processos produtivos que privatizam lucros e socializam prejuízos (SAMPAIO, 2008, p. 9). Observa-se, notoriamente, descaso com o manejo dos recursos naturais, de maneira que o meio ambiente é entendido como recurso (insumo) do processo produtivo e não como habitat que necessita de cuidados para conservar a vida saudável no planeta. Da mesma forma, a sociedade vem substituindo modos de vida tradicionais, principalmente rural e costeira, por padrões homogêneos, predominantemente urbano, com características materialista-consumista, ocasionando a desvalorização de culturas locais e regionais e incentivando um consumo desenfreado e alienado, até mesmo para aqueles que não teriam condições de fazê-lo.

Diante destes fatos, visualiza-se a necessidade de mudanças. Cattani (2003, p. 9) reforça a idéia de que o modelo de economia capitalista precisa ser superado, afirmando que “sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo mais às potencialidades do tempo presente”. Singer (2002, p. 9) afirma que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

“Se tudo é relação e nada existe fora da relação, então a lei mais universal é a sinergia, a colaboração, a solidariedade, a comunhão e a irmandade universais”, diz Boff (2006, p. 47). Analisando-se sob esta perspectiva, os resultados do atual modelo de desenvolvimento econômico apontam para a necessidade de se construir uma outra economia, que passe a considerar os impactos sociais, ambientais, culturais, políticos e, obviamente, econômicos, tornando-se, assim, menos excludente. Cattani (2003, p. 10) aponta que esta outra economia é necessária “para atender às demandas de uma sociedade mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada”.

Resgatando-se valores de cooperação; solidariedade; compromisso com todas as formas de vida, com a paz e com a justiça, é possível encontrar práticas de geração de trabalho e renda que caracterizam esta Outra Economia. Estas práticas estão organizadas como experiências coletivas, nas quais os membros comungam a expectativa de melhoria na qualidade de vida, autonomia, reconhecimento como ser humano, quer dizer, como ser social, bem como satisfazer as necessidades sem que para isso tenham que se submeter à lógica utilitarista vigente. Ainda, são práticas que primam pela colaboração e a vivência de

princípios solidários e podem aparecer sob a forma de grupos de produção, cooperativas e associações, clubes de trocas, bancos comunitários, banco do povo, empresas autogestionárias e organizações populares rurais e urbanas.

Partindo-se destes conceitos, surge a possibilidade de uma nova metodologia de interorganização, isto é, que requer governança, que se propõe chamar de Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com). Trata-se de uma rede de esforços socioprodutivos e institucionais, qualificados como participativos e associativos, em que predomina o reconhecimento do território e se valoriza o conhecimento tradicional-comunitário. Tem-se como desafio transpor as barreiras da racionalidade econômica meramente utilitarista e incorporar os aspectos ecológicos, econômicos e sociais quando se pensar no desenvolvimento de uma comunidade. Entende-se que a comunidade é um tema transversal à questão da territorialidade, como é a questão de gênero e de pobreza, isto é, um problema global, entretanto, evidencia-se importância de ação territorial (SAMPAIO, 2005).

Sampaio (2008, p. 48-49) adota o termo Arranjo Socioprodutivo, pois “designa ampliação do contexto das relações produtivas, perpassando pela perspectiva da economia e adentrando na perspectiva da ciência política, administração pública (compreendendo o terceiro setor como sendo de natureza pública) e das ciências ambientais”. Salienta-se, portanto, a principal diferença entre arranjo produtivo^v e arranjo socioprodutivo: a sustentabilidade como princípio qualificador de governança, isto é, as idéias de sustentabilidade política e sustentabilidade administrativa.

Como aponta Mantovaneli Jr. e Sampaio (2007), talvez o grande mérito da idéia de sustentabilidade política seja o aprofundamento do debate sobre a democratização nos processos de decisão que afetam mais diretamente a vida pública, porém trazendo um novo ingrediente. Qual seja, a idéia de que, embora os processos democráticos de tomada de decisão sejam imprescindíveis à busca do ecodesenvolvimento, a democratização não implica, necessariamente, sustentabilidade, já que é perfeitamente possível se construir democraticamente alternativas de desenvolvimento que não considerem, indissociavelmente, as agendas social e ambiental. Os territórios devastados e a biodiversidade exaurida pelas democracias norte-americana e de diversas nações européias ilustram tal afirmação e não divergem da história democrática brasileira. Por conseguinte, e complementarmente à sustentabilidade política, a idéia da sustentabilidade administrativa visa compreender a capacidade que os sistemas de gestão possuem para se auto-transformarem, atualizarem-se, garantirem uma efetiva busca de alternativas a serem implementadas e constantemente monitoradas (SAMPAIO, 2000), tomando não apenas os resultados das políticas, mas em primeiro lugar os próprios processos administrativos como instâncias vivas de gestão das necessidades sociais e individuais, locais e globais (MANTOVANELI JR., 2001). Por conseguinte, um processo de gestão ganha maior ou menor sustentabilidade administrativa, conforme seja capaz de institucionalizar, avaliar e ajustar os seus processos à luz das demandas efetivas da sociedade ou parcela social que o consubstancia e abriga.

Arranjo socioprodutivo de base comunitária é um micro-empresendimento compartilhado (articulado), no qual se supera a competitividade utilitarista econômica, incorporando a idéia de racionalidade coletiva, além do individualismo, estabelecendo uma relação que se pode chamar de rede horizontal de cooperação, entre pequenos produtores rurais e costeiros (típicas de comunidades tradicionais), micro-empresendimentos urbanos, consumidores conscientizados, associados ou individualizados, instâncias governamentais e sociedade civil organizada (ARAÚJO; SAMPAIO; SOUZA, 2004). Assim, quando se trata de APL.Com, privilegiam-se pequenos negócios, individuais ou associativos, de grupos organizados ou quase organizados/articulados, chamados de empresendimentos compartilhados, que buscam preservar as características comunitárias e, ainda, aumentar

suas possibilidades de sobrevivência na economia de mercado. É também uma iniciativa na busca de agregar valor aos pequenos socioempreendimentos.

Um APL.Com compõe-se de uma micro-rede interorganizacional principal, que desencadeia outras micro-redes. A micro-rede principal tem como função incubar as demais micro-redes, da qual há encadeamentos produtivos verticais à montante (para trás), representando a relação fornecedor-produtor, e à jusante (para frente), representando a relação produtor-distribuidor. A micro-rede possui também encadeamentos produtivos horizontais, representando a relação entre produtores (serviços e bens) terceirizados. Nesta relação, entretanto, busca o desenvolvimento econômico socialmente justo e ecologicamente prudente, ou seja, que leva em conta os princípios da ecossocioeconomia (SAMPAIO; MUNDIM; DIAS, 2004; DIAS, 2004; MUNDIM, 2005; SAMPAIO, 2008).

Faz-se necessário, tratando-se de um arranjo produtivo com ênfase comunitária, estimular a criação de organizações autogestionárias do tipo associativas, nas quais pessoas ou grupos excluídos da economia de mercado possam ser integrados (SAMPAIO; BERBERI; DREHER, 2006, p. 5). No APL.Com, mesmo que as empresas compitam entre si, é possível a articulação entre os atores para iniciativas e ações voltadas à solução de problemas comuns, como sugere Sachs (2003, p. 115): serviços técnicos comuns, ensino vocacional, pesquisas de mercados e articulação com as universidades e centros de pesquisa tecnológica. Poderiam se incluir compras e vendas de forma conjunta, negociações com o poder público, melhoria dos serviços locais, inclusão em redes de comércio (tradicional e comércio justo), organização de eventos comunitários, entre outros.

A importância das associações autogestionárias se evidencia pelas decisões ficarem sob responsabilidade do grupo, no qual é preciso superar interesses individuais para decisões que priorizem melhores resultados para a coletividade, garantindo, desta forma, direitos iguais aos associados. No processo de produção compartilhado, ou mesmo individual, o fator que caracteriza a cooperação entre os membros dos grupos é a conexão entre eles, no qual o contato social estimula cada indivíduo a se realizar como pessoa e como agente social.

3.1 Entendendo o comércio justo

Visando beneficiar principalmente produtores excluídos ou em situação de desvantagens localizados em uma determinada localidade, é necessário que a inserção destes grupos no mercado seja compreendida na perspectiva do desenvolvimento solidário e sustentável, de maneira que sejam beneficiados além do aspecto econômico, mas também cultural, ambiental, social e político. Entende-se esta rede, na qual se incentiva a integração entre produtores e consumidores conscientes, preocupados com a qualidade social dos produtos, como Comércio Justo.

A *International Federation of Alternative Trade* (IFAT) é a rede global das organizações de Comércio Justo e o define como “uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável através de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados – principalmente no hemisfério sul” (IFAT, 2007).

“Os atores no Comércio Justo são aqueles que se encontram vinculados nos processos de intercâmbio justo, ou seja, intervêm na atividade econômica de forma direta”, de acordo com Fretell e Roca (2003, p. 39). Dentre eles, podemos identificar: produtores,

consumidores, importadores e lojas, organizações de cooperação, governos e agências de certificação. Embora todos os envolvidos nas relações comerciais sejam importantes, o consumidor é que dá a sustentação ao Comércio Justo. Trata-se aqui do consumidor consciente de seu poder de escolha, crítico e criterioso, que está disposto a pagar mais por produtos de valor social e ambiental agregado, desde que tenha garantia que sua contribuição chegará àqueles que pretende favorecer e que não tenha que abrir mão de suas exigências quanto à qualidade, apenas para se ajustar às conveniências. Da mesma forma, este consumidor, quando possível, boicota organizações que não respeitem seus valores, pois o consumidor consciente sabe que, ao adquirir produtos, está também adquirindo relações de compromisso com os produtores.

Mas como funciona o Comércio Justo? Primeiramente, todo projeto precisa contar com a existência de duas pontas da cadeia produtiva: o pequeno produtor, em condições de desvantagem na concorrência de mercado; e o consumidor de produtos de qualidade social. Este contato direto entre produtor e comprador, fazendo-se diminuir a dependência de atravessadores, torna possível o estabelecimento de um *preço justo*, que cubra não apenas os custos de produção ou a margem de lucro de investimentos, mas permitia que produtores e familiares vivam dignamente de seus trabalhos.

A iniciativa da IFAT tem como objetivo principal favorecer o contato direto entre produtor e comprador, cuja relação deve estar baseada na equidade, na associação e na cooperação, na confiança, na solidariedade e no interesse compartilhado de justiça. Havendo estes dois atores, os parceiros são: associação de produtores; organizações de fomento do mercado consumidor; e, quando necessário, organizações comerciantes (no comércio internacional, incluem uma exportadora e uma importadora); organizações de certificação e monitoramento; organizações de assistência e varejistas.

Para ser considerada uma *relação comercial justa*, deve-se obedecer alguns princípios, sendo os mais relevantes: transparência e co-responsabilidade em toda cadeia produtiva e comercial; relação de longo prazo que ofereça treinamento e apoio aos produtores e acesso às informações do mercado; pagamento de preço justo no recebimento do produto, além de um bônus (*Premium*), que deve beneficiar toda a comunidade; financiamento, quando necessário; produtores organizados democraticamente (cooperativas, por exemplo); respeito à legislação e às normas nacionais e internacionais; crianças freqüentando a escola; e respeito ao meio ambiente (SEBRAE, 2004).

Embora a parcela que corresponde ao comércio justo ainda se apresente pequena em relação ao montante do comércio internacional, sua trajetória se mantém crescente: dados da pesquisa mundial a respeito do Comércio Justo, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2004, p. 6) apontam um crescimento com taxas anuais acima de 20%, no período de 1997 a 2003, tendo alcançado, neste último ano, um movimento global em torno de 500 milhões de dólares em 18 países. “Cerca de 800 mil famílias na África, na América Latina e Ásia foram beneficiadas, e o total do pagamento extra (*Premium*) somou mais de 38,8 milhões de dólares”. Ainda, a pesquisa afirma que, atualmente, o comércio justo tem como principais mercados a Suíça, com 100 milhões de euros e a maior penetração, com 24% do mercado global de banana de comércio justo; seguida pelo Reino Unido e Alemanha. A França, a Áustria e a Noruega apresentam as maiores taxas de crescimento. O maior crescimento é esperado nos EUA e Escandinávia.

A pesquisa do SEBRAE (2004, p. 6) aponta ainda que a expectativa seja que o mercado continue crescendo com taxas de 20 a 25% em volume e valor, para atingir um nível de 150 mil toneladas, o que equivale aproximadamente a 1 bilhão de dólares no varejo em 2007. O setor é comparado com o mercado de produtos orgânicos que, em 2003, movimentou mais de 25 bilhões de dólares.

Atualmente, o conceito de comércio justo se ampliou de forma a incorporar a definição também para as relações comerciais internas dos países. No Brasil, utiliza-se também a expressão “Comércio ético e solidário” (SEBRAE, 2004), a qual abrange todas as formas alternativas de comércio, não necessariamente obedecendo aos critérios definidos pela IFAT.

4 TURISMO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ENTRE MODOS DE VIDAS DISTINTOS

O turismo comunitário é uma estratégia de comunicação social para que comunidades^{vi} tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida. Entende-se que as comunidades tradicionais se definam por critérios geográficos - como um território isolado, culturais -, compartilhando costumes, usos, tradições, feixes de hábitos; ou por funções socioeconômicas, variando por modos de produção e distribuição (BARRETO, 2004; GEERTZ, 1989). Comunidades e seus modos de vida se confundem.

Nesta ambigüidade entre comunidades e seus modos de vida, encontra-se o conceito de território, que pode ser definido como um espaço concreto da natureza, no qual uma sociedade determinada reivindica e garante aos membros a possibilidade de direitos estáveis de acesso e uso sobre a totalidade ou parte da biodiversidade existente que nela deseja ou é capaz de utilizar (GODELIER, 1984 apud DIEGUES, 2000). Diegues (2000) complementa que o território fornece os meios de subsistência e de produção e, ao mesmo tempo, cria uma dinâmica social que o diferencia - seus modos de vida próprios -, tanto quanto seus aspectos físicos que o limitam. O território é também o *locus* dos sistemas de representações, identidades, símbolos e mitos que as populações tradicionais constroem, pois é com base nele que se age sobre o meio ambiente em que se vive. O imaginário popular das populações tradicionais encontra mecanismos próprios de conservação da biodiversidade, podendo determinar lugares da floresta e determinadas espécies de fauna e flora como sagrados, restringindo assim áreas de visitação ao turismo.

O turismo comunitário oportuniza que visitantes conscientes - estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes - tomem contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais). Além da convivencialidade já comentada anteriormente, outro atrativo é o de vivenciar a dimensão espaço-tempo regulada pelo sol, pela lua e pelas chuvas, enfim, pelas estações do ano. Que o relógio de pulso do visitante seja regulado pelo ciclo natural de um modo de vida mais conectado com a natureza. Tais experiências vêm sendo organizadas e viabilizadas por Organizações Não-Governamentais (OnGs), tais como o Instituto LaGOE (com sede em Curitiba, Paraná), AGRECO (com sede em Santa Rosa de Lima, Santa Catarina) e Instituto Terramar (com sede em Fortaleza, Ceará), a baixo custo, gerando trabalho e renda local e sendo monitoradas como zona laboratório, constituindo redes de ajuda que articulam esforços para atenderem as demandas comunitárias e que, ao mesmo tempo, estreitam laços entre os próprios visitantes (McGEHEE, 2002; SAMPAIO; CARVALHO; ALMEIDA, 2007). Há de se destacar que o contato com os visitantes estrangeiros fortalece ainda mais os laços com a população visitada, o que contribui para que os encontros interpessoais minimizem ou desfaçam preconceitos entre as partes em contato (PEARCE, 2002).

Quando se referem às comunidades, sobretudo às tradicionais, sabe-se que essas populações, na sua grande maioria, estão descaracterizadas culturalmente em diferentes graus. Entretanto, o que importa é a identidade cultural que se quer resgatar das

comunidades tradicionais ou o pouco que delas se deseja conservar. Se ainda não bastasse, turistas, ao se deslocarem de centros urbanos às comunidades predominantemente tradicionais em busca de experimentações alternativas de modos de vida ao padrão urbano-consumista, levam consigo, muitas vezes, sem se dar conta, patologias deste modo de vida urbano que queriam evitar, tal como se ouve no dito: *só está faltando uma coisa para essa aldeia ser perfeita!* Como que a cultura dominante (modo de vida urbano) tivesse muito que ensinar a pobres ignorantes (GRÜNEWALD, 2003).

Contudo, as populações autóctones não são influenciadas de maneira unilateral e passiva pelos visitantes (turistas), isto é, como se as comunidades tradicionais também não os influenciassem. O turismo não pode ser visto como mera figura greco-romana de um gladiador que luta contra culturas autóctones, tal como se vê no seu extremo na política de turismo na República Popular Democrática da Coreia (do Norte), na qual os turistas estrangeiros são submetidos ao rigor do regime de Estado: os atrativos turísticos são determinados por temas políticos ideológicos, os hotéis são de propriedade e de controle estatal e todo visitante ou grupo de excursão possui guia monitorado pelo governo. Inclusive visitantes de determinadas nacionalidades, como norte-americanos, não conseguem vistos de entrada no país. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente espetacularizar a autenticidade dessas culturas (PAGDIN, 1995; GRÜNEWALD, 2002; BARRETTO, 2004; KIM; TIMOTHY; HAN, 2006). Por conseqüência, a autenticidade não é um conceito fechado em si mesmo, ele é negociável em seu significado, isto é, todas as culturas que se tornaram viáveis ao longo do tempo acabam se refazendo a si próprias. Da mesma maneira, as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança, seja por fatores endógenos ou exógenos (GREENWOOD, 1982; COHEN, 1988; NASH, 1996; DIEGUES, 2000). Imaginar que exista, atualmente, a predominância de uma cultura ocidental homogênea seria um equívoco sobre tais argumentos.

A questão que se apresenta é como equacionar melhor as vantagens das atividades do turismo em uma comunidade, sem deixá-la (a comunidade) com os problemas geralmente encontrados pelo turismo de massa, entre eles se encontram: ociosidade de mão-de-obra local durante a maior parte do ano, elevação anormal de preços, especulação imobiliária, segregação entre nativos e visitantes, trânsito, violência (consumo de drogas), prostituição e vulgarização da autenticidade (MERCER, 2002).

Embora o turismo comunitário tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a priori não o diferencia das modalidades turismo cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, uma primeira característica que o diferencia é entender a atividade turística como um subsistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente. Ou seja, o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, o que poderia ser destacado como segunda característica. Irving e Azevedo (2002) se referem ao turismo comunitário como “turismo sustentável”, pois para os autores o desenvolvimento desta atividade exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. A terceira característica é a convivencialidade, que é uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros. Na sua essência supera a mera relação de negócio, possibilitando resgatar e reconstruir a interconectividade entre modos de vida distintos (congregando tipos de conhecimento - formal com tradicional - e culturas - ocidentalizadas com tradicionais) e entre sistemas sociais e ecológicos. A convivencialidade se dá entre a população originária residente, inclusive não descartando os domiciliados não residentes (migrantes), e

visitantes, incrustada em um arranjo sociopolítico, fomentando redes de encadeamentos produtivos, inclusive valendo-se dos próprios visitantes, exemplificado na experiência da Micro-bacia do Rio Sagrado (Morrestes, Paraná), na qual se constitui vivências comunitárias que relacionam uma cozinha comunitária (agroindustrialização), uma associação de artesãos (a partir da fibra da bananeira e do cipó imbé), de socioempreendedores (fábrica artesanal de cachaça e licores, e laboratório de ervas naturais) e feira de troca solidária (ILLICH, 1976; CORIOLANO; LIMA, 2003; SAMPAIO 2004, 2005; SAMPAIO; BERBERI; DREHER, 2006a; SAMPAIO et al., 2006b; SAMPAIO, 1996).

A convivencialidade potencializa espaços produtivos não economicistas (de ganho coletivo e que podem ser chamados de ecossocioeconômicos) como, por exemplo, clubes ou feiras de trocas solidárias e plataformas de comércio justo. O Clube de Troca Solidária, mediado ou não por uma moeda social, tenta reconstruir o vínculo social entre produtores e consumidores, denominado por Lisboa e Faustino (2006), enquanto *prossumidores*, através da convivência e de laços de solidariedade. Quando não é possível o escambo de bens e serviços, vale-se de uma moeda social para facilitar a troca entre os sócios do clube.

5 EXPERIÊNCIA EM UMA ZONA LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PARA O ECODESENVOLVIMENTO

O arranjo socioprodutivo de base comunitária na Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento iniciou em 2006, a partir de um Projeto-Piloto chamado Montanha Beija-Flor Dourado (www.montanhabeijaflordourado.com.br), envolvendo inicialmente quatro famílias, chefiadas predominantemente por mulheres, que assumiram a tarefa de se auto-financiarem para pensar uma proposta de turismo comunitário, formando uma cadeia socioprodutiva comunitária - entre serviços de hospedagem, alimentação caseira, manutenção predial, limpeza, oficinas de artesanato, guia de trilhas e visitação em propriedade que adota a agroecologia – e uma rede sociopolítica, contando com a coordenação da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e do Instituto LaGOE.

A FURB e o Instituto LaGOE organizam turmas de alunos para realizar saídas de campo no contexto da disciplina Planejamento Ambiental do Curso de Turismo e Lazer, cujo objetivo era incubar demandas ecossocioeconômicas do Projeto-Piloto, que posteriormente se estendeu para os demais membros comunitários que vieram a integrar a experiência de turismo comunitário. No final de cada semestre letivo, os estudantes organizam um evento denominado *Encontro Caminhos para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário: socializando experiências significativas*, que já está indo para a sua quinta edição, no qual apresentam respostas às demandas ecossocioeconômicas comunitárias por eles coletadas, durante a visita *in loco* que faziam à localidade. Em um desses encontros, surgiu a proposta de se organizarem feiras de trocas solidárias, que se transformaram em uma das principais atividades realizadas nas vivências de turismo comunitário. Tanto os eventos quanto as feiras de trocas expandem o arranjo institucional constituído, qualificando as articulações do arranjo socioprodutivo de base comunitária, exemplificado na possibilidade real dos socioempreendedores e socioempreendimentos coletivos do Rio Sagrado de se beneficiarem, já em 2008, do *Programa Solidarium de Comércio Justo da Aliança Empreendedora*, estabelecido em Curitiba.

Após dois anos, passaram pelo projeto muitos grupos de estudantes, pesquisadores e professores simpatizantes com o modo de vida das comunidades tradicionais, Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Candonga e Brejamirim, e com a biodiversidade da Micro-bacia do Rio Sagrado, Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba (na qual o

Instituto LaGOE é membro suplente do Comitê da APA) e a Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica. Passaram também pelo local organizadores e palestrantes do Seminário Internacional de Turismo de 2006, que aconteceu em Curitiba, coordenado pela UNICEMP. Tal iniciativa se viabilizou a partir da coordenação do Comitê Científico do evento; do apoio da BWT, operadora de turismo controladora da Companhia de Trem Serra Verde Express, que ofertou o traslado Curitiba e Morretes; e do Instituto LaGOE, responsável pelo monitoramento da visita técnica realizada na localidade, inclusive, iniciada desde a descida de quase três horas de trem. Posteriormente, a Serra Verde disponibilizou um espaço na estação ferroviária de Curitiba para divulgar as vivências de turismo comunitário, além de vislumbrar outras parcerias como cortesia e oficinas dirigidas durante o traslado.

As vivências de turismo comunitário realizadas na Micro-bacia do Rio Sagrado são compostas, na maioria das vezes, por quatro oficinas, acontecendo nos finais de semana. Isso se dá por questão de tempo: duas oficinas ocorrem no sábado à tarde/noite e duas no domingo pela manhã. Os visitantes são organizados em grupos de aproximadamente quinze pessoas, orientados logisticamente por um acadêmico. Contudo, as oficinas são coordenadas por socioempreendedores da comunidade – agricultores familiares e artesãos – e por socioempreendimentos coletivos - Associação Comunitária Candonga, Associação de Artesãos de Morretes e Associação de Moradores do Rio Sagrado –, constituindo encadeamentos socioprodutivos horizontais, a partir da hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado (socioempreendimento originada do Projeto-Piloto homônimo); e verticais, com a FURB, Instituto LaGOE e as recentes parcerias com a Operadora de Viagens Calango Expedições (www.calangoexpedicoes.com.br), sediada na estação de trem de Morretes, e com a Secretaria Municipal de Turismo de Morretes. Estas parcerias firmaram-se no final de 2007, originadas de estágios intermediados pelo Instituto LaGOE com alunos egressos do curso de Administração de Empresas Turísticas da Universidade Austral de Chile.

Foram realizadas 12 viagens coordenadas pela FURB e pelo Instituto LaGOE, além de inúmeras iniciativas independentes, nas quais se experimentaram inúmeras vivências, entre elas destacam-se as que são realizadas na sede da hospedaria ou, então, aos arredores: observação de pássaros na floresta, iniciando a partir de uma conversa, na qual se transmitem informações sobre as principais características dos pássaros, objetivando facilitar a identificação dos mesmos com uso compartilhado de binóculos; caminhadas em trilhas na floresta, nas quais os visitantes são guiados por moradores locais, que contam ao longo do percurso histórias tradicionais sobre fauna e flora, além dos *causos* pessoais; extração de ervas e fabricação artesanal de essências naturais (cosméticos, chás e xaropes, travesseiros aromatizados, repelentes e tinturas) em um pequeno laboratório; terapias complementares, tais como *shiatzu*, massoterapia, massagem relaxante e *reik* (este último vem sendo tema de cursos fechados, nos níveis iniciante e avançado, organizados pela própria hospedaria); roda de viola ao redor da fogueira, na qual são tocadas músicas tradicionais e os visitantes são motivados a participarem da cantoria.

Partindo-se para a articulação (arranjo) que se deu entre a hospedaria e os membros comunitários locais, outras atividades são oferecidas aos turistas, sendo elas: agroindustrialização da mandioca e do café, na qual os turistas são conduzidos para um antigo engenho, construído aproximadamente há 150 anos, onde participam da demonstração do processo de transformação artesanal; agroindustrialização da cana-de-açúcar, que ocorre a partir de uma unidade de destilação e produção artesanal de licores em uma propriedade que adota princípios da permacultura; comercialização dos produtos fabricados no próprio local e em feiras artesanais no centro de Morretes; agroindustrialização de frutas e verduras realizada na cozinha comunitária, localizada na sede da Associação Comunitária Candonga, na qual são preparadas compotas e conservas de frutas típicas do local, além dos conhecidos *chips* de mandioca e banana; visitação a uma propriedade que adota a agroecologia, onde os visitantes conhecem a preparação do

adubo orgânico, cultivos em horta, pomares e a criação de pequenos animais; além da extração e do feitiço de artesanato (bolsas, porta-trecos e outros itens de decoração) com a fibra da bananeira. Aliás, os visitantes são convidados a confeccionar uma pequena peça demonstrativa, como chaveiro.

Em um esforço comunitário, também se realiza a comentada feira de trocas solidárias de bens, serviços e saberes, tais como artesanato, roupas, pães, sucos, serviços de corte de grama, faxina, eletricitista e poesias, na qual são vetadas as trocas de bens como cigarros, bebidas alcoólicas e medicamentos. O *Sagrado* foi instituído como moeda social, embora não esteja mais sendo distribuído nas inscrições de novos associados, apenas restando o que está em circulação (SAMPAIO; CARVALHO; ZECHNER, 2007; SAMPAIO; CARVALHO; ALMEIDA, 2007; ZECHNER, 2007). Ao final de cada edição da feira, a comunidade, através dos organizadores, convida membros e visitantes a avaliarem os resultados obtidos durante o dia de atividades, além de refletirem, de modo coletivo e participativo, acerca de melhorias, alterações e adaptações no evento. Decide, ainda, qual data ocorrerá a próxima edição, para que todos tenham tempo de confeccionar ou selecionar os bens, serviços e saberes que serão trocados. O fato de a mesma rumar para a décima segunda edição demonstra que os participantes avaliam como positivo tal realização.

Considerando o turismo comunitário como estratégia para que a comunidade do Rio Sagrado viabilize seu modo de vida tradicional, estas vivências oportunizam o contato e a troca de experiências entre membros comunitários e visitantes conscientes (estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes). Ao passo que os visitantes buscam experimentações alternativas ao padrão urbano-consumista ao qual estão habituados, os visitados aproveitam para também conhecer o 'diferente': como vivem tais pessoas em seus locais de origem, qual a gastronomia típica, seus hábitos, rotinas, vestimentas, entre outros. Evidencia-se que tal convivência baseia-se, sobretudo, no respeito pelo diferente, na curiosidade saudável e autêntica acerca da vida do outro, no interesse em se conhecer outros modos de vida.

Embora muitas famílias se interessem em fazer parte do arranjo, cabe evidenciar que os membros comunitários somente participam de tais atividades quando se sentem à vontade para tal. Os mesmos são convidados por seus próprios vizinhos para integrarem os grupos, com o cuidado, no entanto, para não haver constrangimentos ou parecer imposição ou obrigação na vida comunitária. Acreditar que todas as pessoas que residem em uma localidade possuam características para fazerem parte de empreendimentos coletivos ou se interessem em viver da mesma forma (mais solidária, por exemplo) é utopia.

Os visitantes ficam hospedados em instalações rústicas e aconchegantes na Hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado: os hóspedes têm a opção de dormir na sede da pousada central, em quartos privativos, ou em alojamentos (quartos coletivos equipados com beliches). Na sede, também são servidas as refeições (caseira e natural), e os turistas experimentam ao longo de sua estadia alimentos sem agrotóxicos e preparados na hora. Alguns alimentos são colhidos do jardim no momento do preparo, tais como alguns temperos, verduras e legumes (abóbora, palmito, cebolinha e salsa, bem como fruta-do-conde, mamão, mimosa, entre outros), ou então trocados entre vizinhos ou, ainda, comprados localmente, como galinha caipira com mandioca, sorvete e barreado. Muitas vezes, os hóspedes se sentem tão à vontade, que participam do 'feitiço' das refeições. Os preços atuais, subsidiados para grupos de estudantes, pesquisadores e professores com fins pedagógicos ou investigativos, são de R\$ 5,00 para cada atividade e de R\$ 80,00 para hospedagem por um fim de semana - *check-in* no sábado ao meio dia e *check-out* no domingo depois do almoço - com todas as refeições inclusas (SAMPAIO; CARVALHO; ZECHNER, 2007; SAMPAIO; CARVALHO; ALMEIDA, 2007; ZECHNER, 2007).

Desde o início, a hospedaria se mantém como organização chave da micro-rede principal do arranjo socioprodutivo de base comunitária e vem mantendo a simpatia pela perspectiva da educação para o ecodesenvolvimento, que é o pano de fundo do turismo comunitário. Destaca-se, no entanto, que alguns visitantes, especialmente pesquisadores, de acordo com seus interesses particulares ou de estudos, hospedam-se nas casas dos membros da comunidade, os quais costumam ser receptivos e apreciam trocar experiências com os turistas. Menciona-se, como exemplo, a hospedagem de pesquisadores chilenos em residências de membros comunitários, em uma dinâmica troca de experiências de vida e cultura, cujo escambo de informações é proveitoso para visitantes e visitados, a ponto destes últimos se disponibilizarem a receber outros 'inquilinos temporários'.

As experiências turísticas, iniciadas pela hospedaria, conformam-se com a definição de arranjo socioprodutivo de base comunitária, quando membros da comunidade se articulam para a realização de tais vivências. É a união (arranjo) de grupos ou indivíduos, organizados ou articulados, que coletivamente se esforçam (socioprodutivo) para oferecer aos visitantes aquilo que possuem de mais simples e verdadeiro: a forma como passam e encaram seu dia-a-dia. E isso se dá no território, no local, ou seja, na comunidade. Ainda neste sentido, estes socioprodutores agregam valor social e ambiental aos seus bens e serviços, beneficiando-se além do aspecto econômico, passando a incorporar aspectos culturais, ambientais, sociais e políticos às suas atividades.

Tratando-se também de visitantes conscientes, estes têm garantia de que sua contribuição favorece àqueles que efetivamente 'colocaram a mão na massa', eliminando-se as ações (e ganhos geralmente abusivos) de intermediários, estabelecendo, assim, uma relação de compromisso direto entre produtor e consumidor. Cita-se o caso dos artesanatos confeccionados a partir do cipó imbé, os quais são comercializados na varanda da casa da artesã, onde o comprador tem oportunidade de visualizar com seus próprios olhos o modo de vida desta produtora, bem como conhecer sua família (filhas e esposo), seus animais de estimação, sua residência, suas ferramentas de trabalho e, até mesmo, tomar um cafezinho com bolo preparado por ela.

6 CONCLUSÕES

Partindo da avaliação processual e dos resultados alcançados da experiência em curso na Micro-bacia do Rio Sagrado, o turismo comunitário vem se mantendo como proposta institucional que conserva modos de vida das comunidades tradicionais e preserva a biodiversidade local, ou seja, que garante a sociobiodiversidade territorial. Estes territórios geralmente estão inclusos em Unidade de Conservação de uso direto, como é o caso do Rio Sagrado, como conclui Sampaio (2008), o que pode contribuir para melhor conservar modos de usos e acessos comunitários à biodiversidade, o que acaba desencadeando modos de produção mais coletivos, distante do modo de vida urbano individual-materialista. Contudo, se não é fácil para socioempreendimentos mercantis sobreviverem na economia de mercado, não seria também para os socioempreendimentos que constituem a cadeia produtiva do turismo comunitário. Assim, o arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com) acaba assumindo a função primordial, neste caso, de inserir o turismo comunitário na economia de mercado. Para isto, vale-se da perspectiva de uma outra economia, que neste trabalho se privilegia o comércio justo, incrustada nos encadeamentos socioprodutivos que a interconectam com a economia comunitária, desde o manejo da biodiversidade (chamada na economia convencional de matéria-prima), produção, distribuição e consumo, considerando a sua diversidade territorial entre produtores fora do

mercado - donas de casa e agricultores de subsistência; pequenos produtores pré e protocapitalistas; artesãos, negócios familiares e produtores agroecológicos -; empresas voltadas para o lucro - micro e pequenas empresas -; e organizações voltadas à economia solidária - cooperativas, associações e empresas comunitárias.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Guilherme Pinto; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOUZA, Márcia Silveira de. Do turismo de massa ao turismo educativo em Zonas Costeiras: diagnóstico do turismo na área de entorno da Lagoa de Ibraquera (Garopaba e Imbituba, SC). In: **VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local**, Curitiba, 2004. Anais. Curitiba: UNICENP, 2004.

BARRETTO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. In: **Turismo em Análise**. São Paulo, v. 15, n. 2, 2004, p. 133-149.

BOFF, Leonardo. **A força da ternura**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. 110p.

CASAROTTO Filho, Nelson; PIRES, Luis Henrique. Competitividade global para as pequenas empresas e desenvolvimento local. In: SIEBERT, Cláudia [Org.]. **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: EDIFURB, 2001.

CATTANI, Antonio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 9-14.

COHEN, Erik. Authenticity and commoditization in tourism. In: **Annals of Tourism Research**, v. 15, n.3, p. 371-386, 1988.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DIAS, Adriana. Fomento de um arranjo produtivo turístico local ecodesenvolvimentista – APTLE: uma experiência no âmbito de agenda 21 local. In: **Relatório final de estágio supervisionado**. Curso de Turismo e Lazer. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Regional de Blumenau, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira. USP: 2000.

ESPANICA. **El comercio justo: origen y evolución**. Disponível em: <http://www.nodo50.org/espanica/cjust.html#primeras>. Acesso em: 20 jun. 2005.

ETZIONI, Amitai. The socio-economics of work. In: GAMST, Frederick C. (Ed.). **Meanings of work, considerations for the twenty-first century**. Albany: SUNY Press, 1995, p. 251-260.

FRETELL, Alfonso Cotera; ROCA, Humberto Ortiz. Comércio Justo. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 33-44.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. In: GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 1989.

GREENWOOD, Davydd J. Cultural authenticity. In: **Cultural Survival Quarterly**, v. 6, n. 3, 1982, p. 27-28.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Turismo e etnicidade. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, out., 2003, p. 141-159.

GRÜNEWALD, Rodrigo A. Tourism and cultural revival. In: **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, 2002, p. 1004-1021.

GUERRA, Pablo A.. **Economía y ecología: hacia una socioeconomía solidaria**. Disponível em: <<http://www.economiasolidaria.net/biblioteca/economia.php>>. Acesso em: 4 set. 2007.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IFAT - International Federation of Alternative Trade. **What is fair trade?** Disponível em: <<http://www.ifat.org/>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

IRVING, MARTA; AZEVEDO, JÚLIA. **TURISMO: O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE**. SÃO PAULO: FUTURA, 2002.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. In: **RAE**, v.45, n. 3, jul./set., 2005, p. 109-115.

LISBOA, Armando; FAUSTINO, Andrea. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. In: **III Encontro Internacional de Economia Solidária 2006**, USP: NESOL. Anais, São Paulo, 2006.

KIM, Hyounggon; CHENG, Chia-Kuen; O'LEARY, Joseph T. Understanding participation patterns and trends in tourism cultural attractions. In: **Tourism Management**, v. 28, 2007, p. 1366-1371.

KIM, Samuel S.; TIMOTHY, Dallen J.; HAN, Hag-Chin. Tourism and political ideologies: a case of tourism in North Korea. In: **Tourism Management**, v. 28, 2006, p. 1031-1043.

MANTOVANELI JR., Oklinger. Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo. In: **Tese de Doutorado – FAPESP**. Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), FCLAr, 2001.

MANTOVANELI JR, Oklinger, SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Sustentabilidade política e administrativa: contribuições para a reformulação da agenda para o ecodesenvolvimento. In: **RGSA: Revista de Gestão Social e Ambiental (on line)**, v. 1, 2007, p. 3 - 21.

MAX-NEEF, Manfred. Foundations of transdisciplinarity. In: **Ecological Economics**, n. 53, 2005, p. 5-16.

MAX-NEEF, Manfred. **Economia descalza: señales el mundo invisible**. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1986.

MERCER, David. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). In: **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2002.

MORRIS, Tom. *If Aristotle ran General Motors*. New York: Henry Holt and Company, 1997.

NASH, Denninson. In: **Antropology of tourism**. New York: Pergamon, 1996.

MCGEHEE, Nancy Gard. Alternative tourism and social movements. In: **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 1, 2002, p. 124-143.

MERCER, David. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). In: **Turismo Global**. São Paulo: SENAC, 2002.

MUNDIM, Rodrigo Sousa Alves (Org.). Laboratório de gestão em organizações que promovem o desenvolvimento sustentável (LaGOE): sociologia do turismo. Edital 006/2003 – Cidadania, Fundação de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC). Blumenau: Núcleos de Estudos Complexos em Estratégias Organizacionais e de Políticas Públicas dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau. In: **Relatório**, 2005.

PAGDIN, Christopher. Assessing tourism impacts in the third world. In: **Progress in Planning**, v. 44, 1995.

PEARCE, Philip. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, William F. (Org.). In: **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2002.

PLATAFORMA KOMYUNITI Y EL COMERCIO JUSTO. **Cooperativa Comercio Justo Chile**. Disponível em: <http://www.tiendacomerciojusto.cl/es_que_es_comercio_justo.php>. Acesso em: 16 jun. 2005.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. In: **Proposta**, 75, 91-99, dez./fev., 1997.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamont, 2003.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986a.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.

SAMPAIO, CARLOS ALBERTO CIOCE. **GESTÃO QUE PRIVILEGIA UMA OUTRA ECONOMIA: ECOSSOCIOECONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES**. RIO DE JANEIRO: QUALITYMARK, 2008. (PRELO)

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. El turismo como fenómeno histórico. In: **Estudios y Perspectivas del Turismo**, v.13, 2004, p. 290 – 300.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: UNIVALI, 2000.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; LEÓN, Iñaki Ceberio de; DALLABRIDA, Ivan Sidney; PELLIN, Valdinho. Arreglo sociopolítico y socioprodutivo de base comunitaria: la enseñanza a partir de la experiencia de las cooperativas de Mondragón. In: **8º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo/Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo (ASET)**, 2007, Buenos Aires. Anales, Buenos Aires, 2007.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CARVALHO, Flávia Keller Alves; ZECHENER, T. C. Encontro comunitário de trocas: um atrativo para o chamado turismo comunitário. uma experiência solidária na micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná In: **Seminário Internacional de Turismo: Ecoturismo e Turismo de Aventura – Desafios Conservação e Caminhos para a Sustentabilidade**, 2007, Curitiba (PR). Anais, Curitiba (PR): Editora UNICENP, 2007.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CARVALHO, Moreno Bona; ALMEIDA, Fernando H. R. de. Turismo comunitário: projeto piloto montanha beija-flor dourado em uma zona laboratório de educação para o ecodesenvolvimento In: **Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL)**, 2007, João Pessoa (PB). Anais, João Pessoa (PB): UFPB, 2007.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; BERBERI, André; DREHER, Marialva. Arranjo socioprodutivo local de base comunitária. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade** (ANPPAS), 2006, Brasília (DF). Anais, Brasília, 2006a.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; OYARZÚN, Edgardo Méndez; SOUZA, Márcia Silveira de; CÁRCAMO, Carolina; MANTOVANELI JR., Oklinger. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e Chile. In: **IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 2006, Caxias do Sul (RS). Anais, Caxias do Sul (RS): UCS, 2006b.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JR., Oklinger; PELLIN, Valdinho. Arranjo produtivo local: estratégia para promoção do desenvolvimento sustentável. In: **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2004, Santa Cruz do Sul (RS). Anais, Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MUNDIM, Rodrigo Souza Alves; DIAS, Adriana. Arranjo produtivo local voltado para a promoção do turismo ecológico comunitário na área da Lagoa de Ibraquera (Garopaba e Imbituba, SC). In: **VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local** (ENTBL), 2004, Curitiba (PR). Anais, Curitiba (PR), 2004.

SEBRAE. **Comércio justo: pesquisa mundial**. Brasília: SEBRAE, 2004. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/br/aprendasebrae/comercializacao.asp>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUZIGAN, Wilson. Aglomerações industriais como foco de políticas. In: **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 3, 2000.

VARGAS, Marco Antônio. Aspectos conceituais e metodológicos na análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. In: **Nota técnica 1**. UFSC/NEITEC, 2003.

ZECHNER, Talita Cristina. Arranjo socioprodutivo de base comunitária, com ênfase no turismo comunitário: o caso da Micro-Bacia do Rio Sagrado (Morretes-PR). In: **Relatório final de Estágio Supervisionado II**. Curso de Turismo e Lazer, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau. 2007.

WMO, World Meteorological Organization - UNEP, United Nations Environmental Programme. **Intergovernmental panel on climate change**. Paris, February, 2007.

ⁱ O termo surge a partir da obra do economista ecológico Karl William Kapp (*The social costs of business enterprise*. Nottingham: Spokesman Books, 1963). O primeiro prefixo “Eco” (Oikos = Casa) refere-se à ecologia e reforça o que o segundo prefixo “eco” já deveria fazê-lo, contudo, este foi vulgarizado ao longo da história, remetendo o seu significado ao que Aristóteles já denunciava como crematística.

ⁱⁱ Sachs (1986a, 1986b) sugere uma enciclopédia do cotidiano.

ⁱⁱⁱ La socioeconomía es una nueva concepción sobre la economía y la sociología, que nace con el propósito de analizar los comportamientos económicos en el marco de un determinado contexto social. Su origen se remonta a los años ochenta, cuando un grupo de notables sociólogos y economistas fundan la Sociedad Mundial de Socioeconomía (SASE) en Harvard, 1989. Entre sus miembros figuran de la talla de K. Boulding, A. Hirschman, J. Galbraight, A. Sen, H. Simon, R. Boyer, P. Bourdieu, N. Smelser, L. Thurow, R. Solow; además de su máximo promotor, el sociólogo norteamericano Amitai Etzioni. (GUERRA, 2007, p. 1).

^{iv} Entrevista presencial realizada em 2004.

^v O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) originou-se do conceito de distritos industriais Marshallianos, no qual se descrevia um padrão de organização comum à Inglaterra (final do século XIX e começo do XX), onde pequenas empresas concentradas na manufatura de produtos específicos de setores como o têxtil se localizavam geograficamente em agrupamentos, em geral na periferia dos centros produtores (VARGAS, 2003, p. 8). Este conceito foi revitalizado nos estudos sobre a Terceira Itália. As primeiras experiências que podem

ser apontadas como constituindo um APL são as denominadas *villaggios produttivos*, que significam redes de empresas flexíveis localizadas em determinadas regiões italianas e que se beneficiaram da existência de uma rede horizontal de cooperação entre essas empresas (CASAROTTO FILHO; PIRES. In: SIEBERT, 2001; SACHS, 2003; SUZIGAN, 2000).

^{vi} As comunidades são grupos sociais que compartilham um legado cultural e histórico e habitam um território, compartilhando problemas e suas soluções (HOUAISS; VILLAR, 2001). A vida comunitária entre os homens requer a existência de crenças morais compartilhadas e de normas publicamente aceitas, demarcando a conduta lícita e ilícita (FONSECA, 1993, p. 65).